

Inclusão de usuários com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista em bibliotecas universitárias

Inclusion of users with intellectual disabilities and autistic spectrum disorder in university libraries

Danielle da Silva Pinheiro Wellichan

Doutora em Educação; Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho', Marília, SP, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6978-7361>

E-mail: danyosp@gmail.com

Kátia de Abreu Fonseca

Doutora em Educação; Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho', Marília, SP, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3194-4904>

E-mail: katia.fonseca@unesp.br

Resumo

Para atender aos princípios da inclusão, as bibliotecas universitárias devem estar preparadas para receber usuários com deficiência e demais condições que representem o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). No entanto, em virtude do desconhecimento sobre necessidades, habilidades e potencialidades, a distância ainda permeia a relação entre profissionais e usuários, principalmente se tratando da Deficiência Intelectual (DI) ou do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Pelo fato de nem sempre serem visíveis e pelas especificidades diferenciadas em cada caso, o atendimento, o uso e a frequência na biblioteca podem ser prejudicados se determinados aspectos que envolvem essa clientela específica forem desprezados. Assim, questiona-se: quais são as iniciativas das bibliotecas para o atendimento desses usuários? O que é realizado para que usuários nessas condições utilizem e frequentem a biblioteca? Buscando conhecer a realidade, foi realizada pesquisa bibliográfica em língua portuguesa, espanhola e inglesa em bases de dados nacionais e internacionais, cujo recorte temporal tem início no Censo de 2019, com o objetivo de identificar o que é oferecido para tais usuários em bibliotecas universitárias de diversas localidades. Os resultados mostram iniciativas possíveis em parcerias com os próprios usuários, o que permite concluir que o atendimento às pessoas com DI ou com TEA requer mais ações voltadas às questões atitudinais, exigindo mudanças nas relações humanas que podem contribuir de forma significativa para criar ambientes mais harmoniosos e inclusivos para todos.

Palavras-chave: deficiência intelectual; transtorno do espectro autista; bibliotecas universitárias; usuário com deficiência; educação especial.

Abstract

To comply with the principles of inclusion, university libraries must be prepared to embrace users with disabilities and other conditions included in the Target Public of Special Education (PAEE). However, the lack of knowledge regarding needs, skills and potential, reinforces the gap in the relationship between professionals and users, especially for those with Intellectual Disability (ID) or autism spectrum disorder (ASD). Due to invisibility and the different specificities needed in each case, library service, use and frequency can be harmed if certain aspects are disregarded. Thus, which initiatives are implemented by libraries to serve these users and ensure they use and frequent the library? To answer these questions, bibliographic research was conducted in Portuguese, Spanish and English in national and international databases, starting from the 2019 Census, to identify what different university libraries offer to such users. Results show possible partnership initiatives with the users themselves, demanding changes in human relationships which can significantly contribute to creating more harmonious and inclusive environments for all.

Keywords: intellectual disability; autism spectrum disorder; university libraries; disabled user; special education.

1. Introdução

A intenção da inclusão social é possibilitar o acesso a diferentes ambientes para todas as pessoas, em uma sociedade que, historicamente, ignorou as necessidades daqueles que, por determinada condição, foram marginalizados para atender à ânsia hegemônica e heterogênea. Entre esses contextos variados está a biblioteca, espaço democrático para a prática da pesquisa com intuito da ascensão ao conhecimento, que, por esse motivo, deve ser acessível e inclusiva. Para que esse ambiente seja usufruído por todos, é preciso oferecer possibilidades e oportunidades para garantir a independência e a autonomia das pessoas com deficiência.

Esse é o objetivo de toda biblioteca atenta aos princípios de igualdade e dignidade das pessoas, com respeito às diferentes realidades, capacidades, níveis de desenvolvimento, políticas e prioridades. Nessa perspectiva, é importante criar condições para atender os usuários de biblioteca e buscar aqueles que, por algum motivo, ainda não a utilizam, ou que a utilizam menos do que poderiam. Nesse grupo estão usuários nas condições de Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) – que, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, abrange pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (Brasil, 2008) –, os quais encontram dificuldades declaradas de acesso e acessibilidade nesses ambientes.

As barreiras arquitetônicas e sociais (Manzini *et al.*, 2003) são grandes responsáveis pelo afastamento, distanciamento ou até exclusão de usuários com deficiência das bibliotecas. Seja por uma arquitetura excludente, que afeta o interno (espaços de pesquisas, corredores e estudos – salas individuais ou espaços coletivos...), o externo (espaços de circulação para acesso às bibliotecas – estacionamento, entradas...) e o entorno (adjacências que fazem parte da comunidade onde está localizada a biblioteca), seja pelas dificuldades na comunicação e no acesso à informação – para cada condição de deficiência, há uma longa listagem de dificuldades enfrentadas (dificuldades de mobilidade, comunicação, permanência e acessibilidade) e, algumas vezes, superadas por esses estudantes no ensino superior, ou seja, apenas quando adultos começam a frequentar esse espaço, muitas vezes em decorrência da necessidade formativa que a graduação postula.

Os dados publicados, em outubro de 2020, pelo Censo da Educação Superior demonstram que, na última década (2009 – 2019)¹, houve aumento de 0,22% nas matrículas de estudantes com deficiência no ensino superior, em relação ao total de matrículas em cursos de graduação (Brasil, 2020). Especificamente, na condição de Deficiência Intelectual (DI), no ano de 2019, foram realizadas 4.177 matrículas no ensino superior, enquanto na condição de Transtorno do Espectro Autista (TEA) foram 917 matrículas nesse mesmo nível de ensino – incluindo o Transtorno do Espectro do Autismo, Síndrome de Asperger, Transtorno Desintegrativo da Infância e Síndrome de Rett.

As barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transportes, nas comunicações, tecnológicas e atitudinais não devem limitar, restringir, infringir ou discriminar a pessoa com deficiência, de acordo com a Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015). No entanto, embora a vida escolar do estudante com deficiência, como um todo, esteja alicerçada em lutas e conquistas, no ensino superior, se não houver efetividade das políticas inclusivas que garantam seu acesso e permanência, o estudante pode se sentir solitário em sua realidade, o que pode agravar suas barreiras, impossibilitando o acesso ao conhecimento e causando o abandono dos estudos.

A responsabilidade de cumprir a legislação e eliminar essas barreiras cabe a toda instituição e segmentos que dela fazem parte, daí a necessidade de políticas inclusivas institucionais. Em meio à necessidade de oferecer o que é de direito, está o desconhecimento sobre a deficiência. São dois lados de uma mesma questão e, não raramente, esse desconhecimento pode desencadear o capacitismo², o *tokenismo*³ e outras formas que excluem, constroem e discriminam a pessoa com deficiência ou, no mínimo, restringem sua participação na sociedade. Assim, o entendimento do desenho universal para a acessibilidade e a compreensão dessa perspectiva podem orientar as estratégias de inclusão escolar, uma vez que a biblioteca integra o espaço educacional e requer um processo de ensino e aprendizagem para seu uso.

Se as bibliotecas ainda enfrentam dificuldades para atender todos os usuários e acabam por contribuir com a vulnerabilidade social de grupos menos favorecidos, conforme Santos (2015) descreveu, significa que a prática existente não condiz com a realidade dos usuários,

¹ Os dados que ratificam o aumento das matrículas de estudantes PAEE, no ensino superior, contemplam a década, tendo como referência o ano de publicação do censo: 2019.

² Atitude preconceituosa contra as pessoas com deficiência, pode ser estrutural e estruturante. Para conhecer mais sobre expressões, consulte o perfil @janeladapatty nas redes sociais.

³ Termo empregado para designar a prática do “fazer o mínimo possível”, referente a ideia de incluir pela aparência ou de forma superficial. Mais informações idem a nota acima.

então o acesso à informação fica comprometido (Almeida Junior, 2013). Mas não são somente as adequações arquitetônicas que garantem o acesso à biblioteca para as pessoas com deficiência. Uma situação de atendimento pode se tornar desafiadora quando a deficiência da pessoa não é visível imediatamente, pois nem todas as barreiras exigem reparos físicos. As barreiras sociais, por exemplo, envolvem empatia, disponibilidade para compreensão e criação de estratégias para intervenção. E, para todas elas, o princípio é conhecer o indivíduo para compreender suas necessidades e potencialidades.

Partindo do princípio de que cada pessoa e cada deficiência é única, ainda que dentro da mesma condição, é preciso um atendimento mais individualizado que possa fornecer informações específicas e revertê-las em ações práticas (Wellichan, 2022), como é o caso de usuários com DI ou com TEA, que nem sempre apresentam características visíveis. No entanto, independentemente das características que cada pessoa possa apresentar, não são elas que definem o atendimento, mas a sua necessidade naquele espaço.

Assim, é preciso refletir sobre o espaço da biblioteca. Será que ele dispõe de recursos de Tecnologia Assistiva (TA) para atender as necessidades de usuários que precisam dela? E para os que se comunicam com recursos de comunicação aumentativa e alternativa, os bibliotecários ou atendentes conhecem e conseguem se comunicar utilizando-os? A inclusão não depende das características dos sujeitos, mas da capacidade institucional em atender qualquer pessoa em sua necessidade. É preciso que tanto a TA quanto os recursos de comunicação estejam presentes nas bibliotecas, independentemente da presença de um usuário naquele momento.

Em uma biblioteca, diante de um usuário nessas condições, é fundamental atentar-se para a legislação que envolve esse público. Por lei, a pessoa com deficiência está inserida em um grupo prioritário, seja ela de natureza física, intelectual ou sensorial, como TEA, gestante, obesos e pessoas com mais de 60 anos (Brasil, 2012; 2015). Esse atendimento prioritário está relacionado à disponibilização de recursos que favoreçam a igualdade de condições com as demais pessoas, o acesso à informação e aos recursos de comunicação. Na mesma lei, aspectos que se referem aos direitos e à não discriminação estão presentes e precisam ser associados a toda situação de atendimento. Dessa forma, se a instituição tem a consciência de que seu espaço pode ser frequentado por usuários que utilizam a TA e não a disponibiliza para eles, é muito provável que a discriminação seja formalizada, infringindo o aspecto burocrático da instituição.

Assim, observa-se que, apesar da legislação, o processo inclusivo apresenta, na prática, fragilidades, avanços e desafios de forma constante, que vão do ingresso até a permanência nas escolas e universidades. Para atender as necessidades desse público em diferentes espaços (biblioteca, sala de aula, secretaria, laboratórios, cantina, entre outros) é preciso formar e capacitar os profissionais envolvidos para conhecer, adaptar e vivenciar tal cenário (Wellichan, 2022).

Como parte desse todo, a biblioteca precisa adotar, incorporar e desenvolver práticas inclusivas para oferecer ao estudante condições e estratégias de uso e frequência, exigindo um olhar individualizado e atento às particularidades de cada estudante. Nessa perspectiva, os recursos e equipamentos de TA devem ser inseridos e amplamente aproveitados em suas possibilidades e oportunidades.

Conhecer o usuário e suas necessidades faz parte das práticas bibliotecárias (Figueiredo, 1994) e, por meio delas, serviços informacionais devem ser elaborados e disponibilizados. Desse contexto de desconhecimento e de práticas, questiona-se: como atender um usuário com DI ou com TEA? Se ele não utiliza a biblioteca, como trazê-lo? Quais as estratégias e ações possíveis para oferecer a esse usuário um atendimento inclusivo na biblioteca?

Com o intuito de compreender as necessidades do usuário com DI ou com TEA e o que lhe pode ser oferecido em um ambiente informacional, propôs-se a presente pesquisa, considerada como um levantamento bibliográfico quanto aos seus procedimentos e exploratória em seus objetivos (Gil, 2002; Gerhardt; Silveira, 2009), que não almejou a exaustividade da literatura ou uma quantificação de documentos, mas buscou realizar uma breve análise do que já foi produzido e que poderia auxiliar na fundamentação da temática trabalhada. Foi desenvolvida com materiais impressos e eletrônicos, oriundos de bases de dados e repositórios institucionais nacionais e internacionais, e objetivou identificar o que é oferecido para os usuários da informação com DI e TEA em bibliotecas. Para isso, estabeleceu-se o censo de 2019 como marco inicial do recorte do presente estudo, uma vez que apresenta o início de um processo em que a educação superior passou por reformas educacionais importantes, ocasionadas por transformações sociais e políticas que (re)formularam toda uma legislação na Educação.

Adotou-se para o estudo três idiomas, línguas portuguesa, inglesa e espanhola, com o intuito de ampliar o olhar sobre as realidades dentro da temática proposta e verificar como podem ser semelhantes ou não diante da questão em estudo. Utilizando operadores *booleanos*

(*and*, e *not*), a seleção do material considerado no estudo contemplou a leitura completa do texto, não se restringindo aos resumos.

Almejou-se, assim, oferecer uma breve discussão sobre as possibilidades inclusivas nas bibliotecas e despertar novos olhares nos profissionais da área da Biblioteconomia, referente às necessidades das pessoas com deficiência, em especial aquelas com DI ou com TEA.

2. O usuário da informação de bibliotecas universitárias com DI ou com TEA

Embora estejam reunidos neste texto, é importante salientar que a pessoa com DI e a pessoa com TEA não devem ser vistas de forma única, tampouco ignoradas, como dito anteriormente. Cada uma tem condições e necessidades específicas e relacionadas ao conjunto de sintomas que apresenta. Porém, tanto a DI quanto o TEA, como pertencentes ao eixo do transtorno do neurodesenvolvimento, segundo o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais⁴ (Associação Americana de Psiquiatria, 2014), podem apresentar necessidades semelhantes em um contexto de atendimento.

As características da DI, no que se referem às circunstâncias biológicas, incluem déficits nos aspectos relacionados às habilidades cognitivas e no funcionamento adaptativo em áreas associadas à independência pessoal e responsabilidade social.

Segundo a Associação Americana de Deficiências Intelectuais e de Desenvolvimento (AAIDD) ([2021]), a DI pode ser caracterizada por limitações significativas que afetam o funcionamento intelectual e aspectos comportamentais com origem anterior aos 18 anos de vida de um indivíduo. Em decorrência, podem apresentar atraso na aquisição e desenvolvimento da linguagem. Essa contrariedade é ponderada de acordo com o nível de apoio (Duarte; Velloso, 2017, p. 95) que necessita para atuar na sociedade.

Indivíduos com DI podem e devem, assim como os demais, conviver e desfrutar de ambientes e oportunidades de ensino que garantam maior autonomia e independência em seu dia a dia. É necessário identificar as potencialidades e dificuldades particulares para que, assim, seja possível um plano de intervenção eficaz. Ainda que os prejuízos intelectuais não possam ser minimizados a ponto de se desempenharem de acordo com os pares em avaliações cognitivas, muito pode ser feito em relação a estratégias específicas para favorecer ganhos importantes no comportamento adaptativo.

⁴ Também conhecido pela sigla DSM-5.

Segundo o DSM-5 (2014), o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social e comunicação, e comportamentos repetitivos e restritos. A pessoa com TEA pode apresentar comportamentos que divergem do comum observado, expressos em alterações sensoriais (isso ocorre por uma comorbidade chamada transtorno de desintegração sensorial) de hipo ou hipersensibilidade a luminosidade, sons, cheiros e sabores (Fleischmann, 2013); dificuldades na interação social, possíveis alterações na linguagem e uma aparente necessidade em manter a ordem, preferir programações, dificuldades em manter ou dividir a atenção, planejar e sequenciar ações (Donati; Capelli, 2018). Tudo isso pode variar de acordo com os níveis de apoio de cada caso, podendo o indivíduo ter mais ou menos comprometimento ou independência no cotidiano.

Em um ambiente que ofereça ou apresente qualquer um desses elementos, comportamentos podem ser desencadeados e representar constrangimento em alguns casos, não só para a pessoa com TEA ou com DI, mas para todos os envolvidos, além de dor física, quadros de ansiedade, entre outros. Embora apresentadas algumas características da DI e do TEA, não se considera que as condições dos indivíduos sejam determinantes ou que sejam impedimentos para participação e frequência em ambientes coletivos, como uma biblioteca. Os ambientes é que precisam ser pensados e organizados para lidar com as condições presentes em ambos os transtornos.

Tessaro (2005) e Omote (1994) descrevem que os problemas enfrentados pelas pessoas com DI estão mais relacionados às limitações e deficiências da própria sociedade, que, frequentemente, julga o indivíduo pela sua aparência. Dessa forma, a deficiência a ser combatida está nas barreiras impostas por uma organização social unilateral, ou seja, uma deficiência estrutural (física, social e atitudinal) na qual o ambiente deve ser planejado de modo a favorecer a presença e frequência de pessoas com DI e TEA. A familiarização e utilização da biblioteca se faz com a oportunidade de experienciar o ambiente e, assim, o usuário com DI e com TEA pode compreender as normas de uso e aumentar sua frequência.

Na biblioteca, a compreensão de processos que envolvem o uso do sistema, a consulta ao acervo, o espaço de convivência ou de estudo coletivo, por exemplo, podem representar pontos críticos para usuários com DI ou TEA, devido às particularidades de cada um. Por essa razão, estratégias devem ser planejadas, como o oferecimento de espaços reservados e atendimentos individualizados, desenho universal, recursos de TA, Tecnologias Digitais da

Informação e Comunicação (TDIC), no contexto escolar e o uso desses deve ser uma opção do próprio usuário.

Nesse momento de caracterização, é importante deixar claro que ter um comportamento diferenciado não significa que o potencial seja inexistente ou que não possa ser desenvolvido, até em função das gerações de estudantes que envolvem calouros e veteranos, por exemplo, cujos comportamentos são diferentes e demonstram que o importante não são os comportamentos e sim as necessidades e as ações para atendê-las.

Ainda que o usuário tenha alguma dessas condições destacadas neste texto, seu potencial pode ser trabalhado, explorado e estimulado com ações que favoreçam sua independência e autonomia, dentro das possibilidades de cada indivíduo.

3. O atendimento inclusivo é possível

Um ambiente acessível, com um atendimento inclusivo, é possível em uma biblioteca, desde que ela seja considerada como um meio de transformação para a sociedade (American Library Association, 2018). O bibliotecário e sua equipe, como agentes dessa transformação, precisam estar capacitados para atender todos os usuários, e o primeiro passo é a sensibilização das necessidades, das potencialidades e dos direitos de seu público.

De maneira geral, as bibliotecas oferecem produtos e serviços que podem variar de acordo com o tipo de público a que se destinam e que podem ser comuns a qualquer uma delas (especializada, escolar, universitária, pública...). Assim, algumas estratégias podem ser elaboradas, adaptadas ou adequadas para que sejam compartilhadas, favorecendo o maior número de usuários com deficiência. Entre essas estratégias, a mudança de mentalidade proposta por Reis (2020) circunda uma nova forma de pensar a educação e envolve diversas áreas na sociedade, numa reconfiguração de atitudes, comportamentos, decisões e visões de mundo. Por meio desse repensar, os profissionais precisam ser capacitados para atuar além da condição aparente, identificando potencialidades inovadoras para resolução de problemas antigos, como os inúmeros obstáculos enfrentados por pessoas com deficiência.

Os empecilhos que excluem a pessoa com deficiência, ou que dificultam seu processo de pertencimento, não são recentes e precisam ser motivo de atenção para atuações profissionais mais condizentes com a realidade. Dessa forma, torna-se urgente trabalhar a formação e a capacitação em diversas áreas, pois as barreiras sociais ou atitudinais ainda são consideradas

como o início de todas as outras (Manzini *et al.*, 2003; Castro; Almeida, 2014; Ponte; Silva, 2015; Vigliar; Napolini, 2020; Wellichan, 2022).

Nas bibliotecas, mais que reformulações e adaptações no ambiente físico, a comunicação acessível, a disponibilização de recursos e equipamentos de Tecnologia Assistiva, acervos em formato acessíveis e a capacitação da equipe são os elementos destacados na literatura como essenciais para um ambiente informacional inclusivo (Fortalecimento, 2016; Wellichan; Manzini, 2021; Wellichan, 2022). Somados a esses elementos está a necessidade de ações práticas que reflitam diretamente no atendimento de usuários com deficiência, como algumas experiências descritas a seguir.

A criação de um vídeo orientador foi a estratégia desenvolvida por uma biblioteca, em uma instituição irlandesa (Fitzgerald *et al.*, 2020), para compreender e orientar os usuários (embora mencione a DI, tal estratégia pode ser estendida também a pessoas com TEA ou qualquer outra condição). Constatado o baixo uso e frequência de estudantes com DI, um projeto foi criado com o auxílio de estudantes em um grupo focal, com discussão sobre dificuldades e necessidades desses usuários, e isso resultou em um vídeo orientador para profissionais e usuários de bibliotecas (Trinity College Dublin, 2018a; 2018b).

Nas discussões do grupo, barreiras e dificuldades vivenciadas pelos estudantes foram relatadas como: o *layout* e a sinalização confusa; as estantes altas apresentaram problemas em alguns casos, como relatado por um participante: “[...] senti que poderia desmaiar”; além de dificuldades em identificar alguém que pudesse auxiliar e qual a melhor forma de solicitar auxílio nas bibliotecas (Trinity College Dublin, 2018a; 2018b).

Quanto ao acesso à informação, os participantes do estudo relataram dificuldade na utilização do catálogo, o uso do sistema e o medo de determinados dispositivos sonoros, como os alarmes em portas de acesso ou aqueles magnéticos colocados nos materiais do acervo. Um estudante relatou que sentiu medo de disparar algum alarme na biblioteca, “[...] senti que poderia entrar em pânico”. Nesse caso, a orientação do usuário sobre os mecanismos e dispositivos de segurança poderia auxiliá-lo na compreensão do funcionamento correto, evitando tal situação.

A sobrecarga sensorial, em virtude dos níveis de iluminação e ruídos, e a ausência de um espaço “seu” para estudo podem prejudicar a permanência do estudante em espaços de convivência, pois as conversas em nível mais elevado, por exemplo, são perturbadoras. “[...]”

me sinto como quebrando as regras” diz o usuário. Tais situações acabam por contribuir para a falta de pertencimento ao local e possível abandono ou exclusão. Além disso, orientações a respeito dos espaços destinados e reservados para estudo e aqueles liberados para uma conversa exigem orientação de tal forma que não haja equívocos quanto à compreensão e utilização do ambiente. Mesmo sendo um espaço para convivência, o fato de a conversa estar dentro da biblioteca exige, para esse usuário, a compreensão de flexibilidades que estejam talvez além de seu entendimento mais rígido. Assim, os fatos demonstram o quanto determinados equipamentos, dispositivos, normas e situações podem assustar quando não compreendidos.

Ainda no mesmo estudo, assim como as dificuldades foram identificadas, os facilitadores também foram apontados e divididos em tópicos: 1) comunicação: aprendizado e a compreensão sobre algumas situações podem ser facilitadas usando ação aos pares, por meio de demonstrações baseadas em tarefas, assim, os estudantes serviam como modelos positivos de ações cotidianas na biblioteca (entrada, empréstimo, procura de material...), uso da linguagem mais simples, objetiva e informações com base visual; 2) aprendizagem situada: simularam situações de empréstimo, consulta e localização do item no acervo, como solicitar auxílio se houver dúvida etc.; 3) a sobrecarga sensorial: como encontrar espaços silenciosos e mais restritos, livres de ruídos diversos; 4) a necessidade da diversidade de materiais e coleções, além de orientações de uso local.

Quando as barreiras do ambiente (físicas ou atitudinais) são identificadas e os facilitadores são elaborados e oferecidos, a participação da pessoa com deficiência, enquanto usuário da informação, pode ser favorecida. E, com o aumento de matrículas no ensino superior, a variedade de situações vivenciadas na biblioteca tende a aumentar, exigindo que ações sejam previamente planejadas, discutidas e efetivadas, o que aponta não só a importância de acessar informações desses usuários o quanto antes, como também, e principalmente, a necessidade de políticas institucionais que determinem ações afirmativas para receber e manter esse usuário no local.

O acesso à informação e a acessibilidade local devem ser pilares de grande significância de uma nova realidade que considera o usuário com deficiência como parte de seu público, sem que, para isso, ele precise ser segregado ou ignorado. E essa consideração precisa existir desde os processos iniciais, para que ele não precise esperar as adequações acontecerem nas bibliotecas para começar a frequentar o ambiente.

Outra situação a ser tratada com cautela, por envolver diversos fatores, é a disponibilidade e a variedade de materiais no acervo, desde o formato de livros (em áudio ou impressos) e equipamentos até a disponibilização de informativos, manuais e tutoriais orientadores sobre utilização de serviços na internet, na página da biblioteca ou no seu interior. As pistas visuais podem auxiliar o estudante na compreensão de ações nos serviços e na própria localização no ambiente, favorecendo sua independência e autonomia.

Tais pontos foram citados no estudo de Nazim, Beg e Sarkar (2021) ao descrever que, apesar da disponibilidade de alguns serviços especializados em uma universidade na Índia, os usuários com deficiência enfrentam, ainda, obstáculos quanto à indisponibilidade de materiais em formato conveniente às suas necessidades, além da falta de capacitação das equipes quanto ao atendimento e ao uso dos serviços e recursos existentes na biblioteca. Associada à constatação sobre a necessidade de capacitação das equipes que realizam os atendimentos, está a incipiência de pesquisas relacionadas aos usuários que envolve diferentes contextos geográficos em uma mesma busca: oferecer um atendimento inclusivo para pessoas com deficiência.

Sobre os usuários com TEA, Shea e Derry (2019) concordam nesse aspecto referente à incipiência de pesquisas com essa temática, ao descrever o papel das bibliotecas universitárias diante da necessidade de compreensão inicial para conseguir atender a essa parcela crescente de usuários nas instituições, e apontam que uma das dificuldades iniciais do profissional é a falta de capacitação e conscientização adequada, o que reflete no pouco uso de recursos, serviços e espaços disponibilizados. Aspectos esses compartilhados por Pionke (2017), que relata a prática de *mindfulness*⁵ como uma alternativa para criar empatia entre bibliotecários e funcionários para atender pessoas com deficiência.

Anderson (2018) buscou, no modelo social da deficiência, argumentos para indicar a diferença e não o déficit da pessoa com TEA, ao afirmar que, com essa abordagem na prática, ambientes inclusivos são possíveis, pois favorecem a conscientização e a aceitação dos estudantes nessas condições. Segundo a autora, os bibliotecários devem considerar a incorporação do modelo em sua prática ao lidar com usuários funcionalmente diversificados, e sugere que as bibliotecas universitárias façam adaptações em seus serviços e espaços para melhor atender às necessidades desse público.

⁵ Forma específica de atenção plena – concentração no momento atual, intencional, e sem julgamento. Kabat-Zinn (1990).

A diversidade do TEA impede a generalização de usuários, como apontado por Anderson (2018), pois as pessoas com esse transtorno podem ser favorecidas ou não pela sinalização, para que possam distinguir áreas mais “tranquilas” das áreas de socialização: enquanto para algumas a biblioteca pode ser vista como “barulhenta e caótica”, para outras, pode ser “um local tranquilo para escapar de sobrecarga sensorial”.

A falta de conhecimento específico e a necessidade de capacitação profissional é também citada por Lawrence (2013) ao descrever que os bibliotecários devem se envolver com a neurodiversidade, pois a profissão está comprometida em “fornecer serviços de informação inclusivos e equitativos” (Lawrence, 2013, p. 104) e isso inclui também a contratação de pessoas com TEA (ou qualquer outra deficiência) para trabalhar na biblioteca (Pupo, Carvalho; Oliveira, 2008; Wellichan; Manzini, 2021; Wellichan, 2022), o que pode contribuir para a mudança de discurso, para melhoria na convivência e a aproximação com usuários nessas condições, em um ambiente mais “amigável”.

Esse ambiente é citado, em geral, com referência a algumas opções que seriam viáveis aos usuários com TEA e com DI, como: 1) oferecer um horário para atendimento individualizado, que não coincida com horários de fluxo na biblioteca (entrada, saída ou intervalos de aula); 2) comunicar previamente sobre dias de eventos ou de maior circulação de público na biblioteca, assim como mudanças no ambiente ou nas instalações, tendo em vista as características desse público; 3) disponibilizar um ambiente mais reservado para estudo no local, assim como a disponibilidade de recursos específicos, como uma luminária com luz apropriada, uma sala um pouco mais silenciosa, que esteja disponível para o usuário por reserva prévia (Bezerra, Souza; Barbosa, 2020; Wellichan, 2022).

A Comissão Por Uma Biblioteca Universitária Acessível (Comissão, 2021), da Universidade Federal de Santa Catarina, citou também algumas dicas para o atendimento de usuários com TEA e DI em bibliotecas, como ser assertivo na comunicação, utilizando clareza e objetividade na transmissão e compartilhamento de informações; optar por agendamentos individualizados caso exista necessidade de explicação mais detalhada, ampliando o foco da atenção e a diminuição da ansiedade; utilizar, também, recursos visuais, como fotografias, para ilustrar situações que sirvam ao contexto da explicação; e compreender a situação dos usuários, respeitando as características sonoras, visuais e olfativas de cada indivíduo.

Para Gómez López (2016), a biblioteca que gera transformações é aquela que atua na capacitação e no aprimoramento profissional e pessoal, fomentando mudanças positivas em sua

comunidade, contribuindo para uma sociedade mais justa, informada, democrática, e que favoreça a autonomia e a tomada de decisão do usuário. Nessa perspectiva, atos que não tenham foco apenas em equipamentos e que se estendam aos demais recursos e ferramentas já existentes podem contribuir para ações criativas e assertivas para toda comunidade.

O acervo existente na própria biblioteca pode ser utilizado em atividades em grupo, em períodos variados e com a participação de toda a comunidade, pois, além de promover a integração, oferece momentos de reflexão e favorece a expressão de sentimentos, receios e angústias. É o caso da Biblioterapia⁶, por exemplo, que representa possibilidades valiosas para usuários com DI ou com TEA ao instigar a expressão, o acolhimento e o trabalhar a compreensão não apenas no usuário, mas em todos que participam da atividade, conforme citado por Guedes e Baptista (2013).

Clubes de leitura, exposições especializadas, acompanhamento ou promoção de palestras/*lives* com artistas com deficiência, ações em parceria com associações especializadas e rodas de conversa que envolvam toda a comunidade também podem atrair usuários com DI ou com TEA. Representam momentos de interação e diversão na biblioteca, como tem acontecido em algumas bibliotecas públicas (Leon; Tejada, 2004; Comunidad de Madrid, 2018; Peix, 2019; Sorí Grana, 2019).

Envolver a biblioteca em programas de apoio para estudantes com deficiência na comunidade universitária também é uma das estratégias citadas por Anderson (2021). Resultados obtidos no estudo desenvolvido pela autora sugerem que os bibliotecários podem auxiliar toda a comunidade universitária ao oferecer serviços mais inclusivos, o que comprova que a biblioteca pode ser uma forte colaboradora para a conscientização sobre o TEA.

Conscientizar é o primeiro passo para adaptar o ambiente, facilitar o acesso a recursos e criar oportunidades de interação social, “[...] quanto mais a comunidade do campus conhece o autismo, mais provável é que ajude os estudantes nessas condições a ter sucesso” (Edwards, 2018, n. p.). Em 2016, um *workshop* promovido pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, fruto do projeto de acessibilidade em bibliotecas, foi oferecido a um grupo de bibliotecas que receberam equipamentos de acessibilidade para pessoas com deficiência (São Paulo, 2016). Usuários com TEA não são citados no documento,

⁶ Ouaknin (1996) define biblioterapia como sendo terapia por meio de livros. Isso significa creditar à leitura possibilidades terapêuticas de forma natural.

mas as recomendações trabalhadas no evento também podem ser aplicadas a eles, basta estudar cada caso.

De maneira geral, entre as recomendações de atendimento de usuários com DI estão: interações o mais natural possível e da mesma forma que seria para o atendimento de usuários sem deficiência, além da importância de não se deixar guiar por pré-julgamentos. A utilização de uma linguagem mais objetiva, simples e orientadora que possa incentivar o desenvolvimento com mais autonomia em suas ações é recomendado para o atendimento de usuários com DI ou com TEA, uma vez que se desenvolvem por caminhos cognitivos distintos e de formas diferentes.

Atitudes direcionadas à parcimônia e à compreensão, o respeito às habilidades intelectuais e sociais de cada indivíduo, além dos cuidados que envolvem o contato físico, precisam ser observados pelos profissionais em atendimento para evitar conflitos (Mais Diferenças, 2016).

Após apresentadas as estratégias indicadas pela literatura nacional e internacional, é possível associá-las com algumas indicações de ideias para organização de bibliotecas, como: a) coletar e analisar regularmente informações sobre o perfil sociodemográfico dos usuários, assim como dos potenciais usuários da instituição de ensino; b) fazer, periodicamente, avaliações de acesso e uso com os usuários com DI e com TEA, assim como os incentivadores de uso, por exemplo, professores e familiares; c) fazer levantamento das áreas mais procuradas; d) disponibilizar profissionais capacitados para o atendimento personalizado; e) realizar ações de incentivo para comparecimento e utilização da biblioteca; f) disponibilizar materiais impressos e digitais (visuais e auditivos) para promover a escolha com autonomia do usuário; g) disponibilizar espaços e equipamentos individuais e coletivos; h) conversar com o usuário e conhecer as melhores práticas possíveis a serem adotadas.

Para além das ideias apresentadas, no âmbito da sugestão, registram-se as áreas que devem ser consideradas na organização de bibliotecas inclusivas: administração, equipe, atendimentos e serviços, infraestrutura, acervo e extensão. Por fim, recuperando o título deste tópico, a saber, “O atendimento inclusivo é possível”, reitera-se a perspectiva do direito, sem exceção, ao acesso ao conhecimento por meio do ambiente da biblioteca.

4. Considerações finais

O usuário da informação com Deficiência Intelectual ou com Transtorno do Espectro Autista precisa ser visto em seu direito e compreendido em sua necessidade. Cabe às bibliotecas buscar meios e formas para que tal atendimento aconteça sem conflitos ou restrições e de forma igualitária, dentro das possibilidades que cada situação requer. Para ambos os casos, recursos físicos nem sempre se fazem necessários.

O acolhimento, a conscientização e os serviços específicos que atendam às necessidades da condição do usuário se tornam pontos-chave para que ele se adapte ao ambiente.

Nos estudos citados, observou-se que, apesar das dificuldades advindas das condições do usuário, ações são possíveis e necessárias. É preciso que a equipe da biblioteca esteja empenhada na elaboração e disponibilização do que for necessário para que o usuário se sinta acolhido e se aproprie daquele espaço.

A capacitação profissional tem um valor imensurável diante da busca pela inclusão de usuários com deficiência. Permitir o acesso e a acessibilidade de todo indivíduo deve ser prioridade para toda instituição e cabe a ela possibilitar a capacitação para que os funcionários desenvolvam seus serviços com comprometimento e igualdade.

No ensino superior, de forma muito semelhante ao que acontece em outras fases escolares, a rede de apoio precisa estar ativa e atenta às situações que representem dificuldades, para que o usuário não se afaste ou se sinta excluído. Nesse sentido, a biblioteca pode buscar apoio às suas iniciativas e inovações nos núcleos de acessibilidade, em parcerias dentro da própria universidade e com as famílias, o que pode trazer equidade e melhorias para o usuário e para toda a comunidade.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: EDUEL, 2013.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Services to people with disabilities**. 2018. Disponível em: <http://www.ala.org/advocacy/sites/ala.org.advocacy/files/content/lbor25.18.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

ANDERSON, Amélia. Autism and the academic library: a study of online communication. **College & Research Libraries**, v. 79, n. 5, p. 645–658, jul. 2018. Disponível em: <https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/view/16763> Acesso em: 20 abr. 2022.

ANDERSON, Amélia. From mutual awareness to collaboration: academic libraries and autism support programs. **Journal of Librarianship and Information Science**, v. 53, n. 1, p. 103–115, mar. 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0961000620918628> Acesso em: 10 abr. 2022.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE DEFICIÊNCIAS INTELECTUAIS E DE DESENVOLVIMENTO. **Resumos de pesquisa**. [2021]. Disponível em: <https://www.aaid.org/about-aaid> Acesso em: 10 abr. 2022.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.

BEZERRA, Fabiola; SOUSA, Clemilda; BARBOSA, Maiara. **O pesquisador com deficiência e a biblioteca acessível**. Publicado pelo canal Mural Interativo do Bibliotecário. 2020. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zI5Tlmy-lgs&t=165s>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm Acesso em: 24 abr. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da educação superior 2019: resultados**. out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-

[politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](#). Acesso em: 25 abr. 2022.

CASTRO, Sabrina Fernandes; ALMEIDA, Maria Amélia. Ingresso e permanência de estudantes com deficiência em universidades públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/XPGCHzqgpSQWtHV8grBb5nL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2022.

COMISSÃO POR UMA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA ACESSÍVEL. **Atendimento às pessoas com TEA nas Bibliotecas Universitárias**. Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, mar. 2021. Disponível em: <https://portal.bu.ufsc.br/servicos/falabiblioteca/atendimento-as-pessoas-com-tea-nas-bibliotecas-universitarias/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

COMUNIDAD DE MADRI. **Impulsamos clubes de lectura fácil para la inclusión de personas con discapacidad**. 2018. Disponível em: <https://www.comunidad.madrid/noticias/2018/04/23/impulsamos-clubes-lectura-facilinclusion-personas-discapacidad> Acesso em: 10 abr. 2022.

DONATI, Grace Cristina Ferreira; CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho. Consultoria colaborativa no ensino superior, tendo por foco um estudante com transtorno do espectro autista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. esp. 2, p. 1459-1470, set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11655>. Acesso em: 10 abr. 2022.

DUARTE, Cintia Perez; VELLOSO, Renata de Lima. Linguagem e comunicação de pessoas com deficiência intelectual e suas contribuições para a construção da autonomia. **Inclusão Social**, Brasília, v. 10, n. 2, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4034> Acesso em: 24 abr. 2022.

EDWARDS, Eric. Serving autistic library users: fostering inclusion while meeting individual needs. **Illinois State Library**, v. 36, fev. 2018. Disponível em: <https://www.ila.org/publications/ila-reporter/article/82/serving-autistic-library-usersfostering-inclusion-while-meeting-individual-need> Acesso em: 12 abr. 2022.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994. 154 p.

FITZGERALD, Geraldine *et al.* Improving the university library experience of students with intellectual disabilities: a case study from Irish institution. **Disability & Society**, v. 35, n. 10, p. 698-1704, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epub/10.1080/09687599.2020.1781597?needAccess=true>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FLEISCHMANN, Carly. **Carly's café**: experience autism through Carly's eyes. Publicado pelo canal Carly Fleischmann, 2013. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=KmDGvquzn2k>. Acesso em: 24 abr. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GÓMEZ LÓPEZ, Luis Alfonso. **Diagnóstico de atención para usuarios con discapacidad intelectual en bibliotecas públicas**. Tese (Tesis de Licenciatura) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unam.mx/contenidos/286078> Acesso em: 10 abr. 2022.

GUEDES, Mariana Giubertt; BAPTISTA, Sofia Galvão. Biblioterapia na ciência da informação: comunicação e mediação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 231-253, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p231> Acesso em: 10 abr. 2022.

KABAT-ZINN, Jon. **Full catastrophe living: using the wisdom of your body and mind to face stress, pain, and illness**. New York: Delta, 1990.

LAWRENCE, Emily. **Loud hands in the library: neurodiversity in LIS theory & practice**. *Progressive Librarian*, n. 41, p. 98-109, 2013. Disponível em: <https://web-bebscohost.ez87.periodicos.capes.gov.br/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=843af509-5bb1-499c-99f1-222b6c59ff13%40pdc-v-sessmgr01>. Acesso em: 10 abr. 2022.

LEON, José Pablo Gallo; TEJADA, Clara Garcia Saenz. **Bibliotecas y personas discapacitadas: la experiencia de la Biblioteca Regional de Murcia**, 2004. Disponível em: http://sid.usal.es/idocs/F8/ART14349/bibliotecas_y_%20personas_%20discapacitadas_murcia.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas: manual orientador. São Paulo: Mais diferenças, 2016. 152p. Disponível em: https://maisdiferencas.org.br/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/materiais/manual_orientador.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

MANZINI, Eduardo José *et al.* Acessibilidade em ambiente universitário: identificação e quantificação de barreiras arquitetônicas. In: MARQUEZINI, M. C. *et al.* (Org.). **Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais**. Londrina: UEL, 2003. p. 185-192. (Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial, 9).

NAZIM, Mohammad; BEG, Areeab; SARKAR, M. **Access to library facilities and services for users with disabilities: a study of Aligarh Muslim University in India**. *Journal of Access Services*, v. 18, n. 1, 30-49, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/15367967.2020.1870120?scroll=top&needAccess=true> Acesso em: 10 abr. 2022.

OMOTE, Sadao. Deficiência e não-deficiência: recortes de um mesmo tecido. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.1, n.2, p. 65-73, 1994.

OUAKNIN, Marc-Alain. **Biblioterapia**. São Paulo: Loyola, 1996.

PEIX, Suzana. Actividades inclusivas en la biblioteca... ¿Por dónde empiezo? **Biblogtecários**. 2019. Disponível em: <https://www.biblogtecarios.es/susanapeix/actividadesinclusivas-biblioteca/> Acesso em: 13 abr. 2022.

PIONKE, J. J. Toward holistic accessibility: narratives from functionally diverse patrons. **Reference & User Services Quarterly**, v. 57, n. 1, p. 048-56, 2017. Disponível em: <https://journals.ala.org/index.php/rusq/article/view/6442/8514> Acesso em: 05 abr. 2022.

PONTE, Aline Sarturi; SILVA, Lucielen Choqui. A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência. **Cadernos de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 261-271, 2015. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/851/607> Acesso em: 10 abr. 2022.

PUPO, Deise Tallarico; CARVALHO, Silvia Helena Rodrigues de; OLIVEIRA, Vanessa Cristina. Educação inclusiva e bibliotecas acessíveis. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n.1, p. 59-267, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/562> Acesso em: 10 abr. 2022.

REIS, Fábio (org). **Mudança de mindset: uma nova forma de pensar a educação**. São Paulo: SEMESP, 2020.

SANTOS, Marcus Pastana. **Acessibilidade para usuários com deficiência intelectual em biblioteca pública: um estudo de caso em Nova Iguaçu**. 2015. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.repositoriobc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11896?show=full> Acesso em: 10 abr. 2022.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Projeto acessibilidade em bibliotecas**. In: WORKSHOP: TECNOLOGIA ASSISTIVA NA BIBLIOTECA: OPERAÇÃO E USO. 2016. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2020/07/AcessibilidadeemBibliotecasP%C3%BAblicasTecnologiaAssistivanaBiblioteca.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SHEA, Gerald; DERRY, Sebastian. Academic libraries and autism spectrum disorder: what do we know? **The Journal of Academic Librarianship**, v. 45, n. 4, p. 326-331, jul. 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0099133318303896?via%3Dihub> Acesso em: 10 abr. 2022.

SORÍ GRANA, A. L. Prácticas inclusivas en la promoción de lectura para niños(as) con y sin discapacidad intelectual. **Revista de Gestión del Conocimiento y el Desarrollo**, v. 6, n. 1, jul. 2019. Disponível em: <https://revistas.unah.edu.cu/index.php/RGCDL/article/download/1158/1899> Acesso em: 09 abr. 2022.

TESSARO, Nilza. **Inclusão escolar: concepções de professores e estudantes da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

TRINITY COLLEGE DUBLIN. **Getting to know Trinity library: a guide for students with intellectual disabilities**. Publicado pelo canal Trinity College Dublin, jun. 2018a. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <https://youtu.be/CZICdMuNHmo> Acesso em: 10 abr. 2022.

TRINITY COLLEGE DUBLIN. **Reflections on getting to know Trinity Library**. Publicado pelo canal Trinity College Dublin, jun. 2018b. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <https://youtu.be/kr5Wkq2-aOU> Acesso em: 12 abr. 2022.

VIGLIAR, José Marcelo; NASPOLINI, Samyra Dal Farra. O conceito de barreiras atitudinais previsto na Lei Brasileira de Inclusão e a possibilidade de sua utilização para coibir outras discriminações. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, v. 12, n. 3, p. 538-548, set./dez. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7863523> Acesso em: 15 abr. 2022.

WELLICHAN, Danielle da Silva Pinheiro. **Atendimento a usuários com deficiência: contexto e formação de equipes em bibliotecas universitárias**. 2022. 178p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/234516>. Acesso em: 10 out. 2022.

WELLICHAN, Danielle da Silva Pinheiro; MANZINI, Eduardo José. Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em biblioteconomia e ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 23, p. 173-203, jul./set. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/105894> Acesso em: 10 abr. 2022.

Artigo submetido em: 15 nov. 2022

Artigo aceito em: 18 ago. 2023